



Revista Brasileira de História  
ISSN: 0102-0188  
rbh@edu.usp.br  
Associação Nacional de História  
Brasil

Gontijo, Rebeca  
Capistrano de Abreu, viajante  
Revista Brasileira de História, vol. 30, núm. 59, junio, 2010, pp. 15-36  
Associação Nacional de História  
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26314778002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Capistrano de Abreu, viajante

*Capistrano de Abreu, traveler*

Rebeca Gontijo\*

## RESUMO

O artigo tece relações entre a trajetória de Capistrano de Abreu em busca de um lugar para si mesmo, num espaço social determinado, e sua trajetória em busca do Brasil e dos brasileiros. O objetivo é compreender a questão proposta por Capistrano acerca da formação do Brasil, considerando o vínculo entre historiografia e etnografia no final do século XIX.

Palavras-chave: Capistrano de Abreu; historiografia; língua indígena.

## ABSTRACT

The article explores the relationship between the trajectory of Capistrano de Abreu in search of a place for itself in a specific social space, and the path in search of Brazil and the Brazilians. The goal is to understand the question proposed by Capistrano about the formation of Brazil as a nation, considering the link between historiography and ethnography at the turn of the 19th century.

Keywords: Capistrano de Abreu; historiography; indigenous language.

Porque não é na figuração do narrador à maneira de um viajante ilustrado ou na armadura paisagística e atemporalizadora do seu olhar que se encontra agora a marca da viagem ... E passa a enformar um ponto de vista volúvel, uma narração autorreflexiva. Aí a “sensação de não estar de todo” não impele o narrador a vagar de um lado a outro, do cenário à trama, da trama ao molde folhetinesco, mas sempre com olhos de medusa. A virada autorreflexiva, a volubilidade como marca, à maneira do que faz Goethe quando observa a montanha, parecem barrar repousos e atemporalidades. Inclusive da parte do leitor, em quem o não-estar de todo, trabalhado propositadamente como procedimento narrativo, parece deixar rastro. O rastro de uma sensação acentuada de temporalidade. Não o tempo emoldurado pelas novelas históricas, nem o eterno presente da crônica. Mas a irremediável sucessão dos minutos, horas, dias. Um tempo concreto, corrosivo.

Flora Süssekind, *O Brasil não é longe daqui* <sup>1</sup>

\* Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Antiga Estrada Rio-São Paulo (BR-465), km 7 – 23890-000 Seropédica – RJ – Brasil. rebeca\_gontijo@hotmail.com

Este artigo procura tecer relações entre a trajetória de Capistrano de Abreu em busca de um lugar para si mesmo num espaço social determinado e a trajetória, como historiador, em busca do Brasil e dos brasileiros. Seguindo de perto as interpretações de Ilmar Rohloff de Mattos e Daniel Mesquita Pereira, e tomando como mote a relação entre o narrador e a viagem, analisada por Flora Süssekind, o objetivo é compreender a questão proposta por Capistrano acerca da formação do Brasil, considerando o vínculo entre a escrita da história e a etnografia no final do século XIX.<sup>2</sup>

#### VIAGEM DA PROVÍNCIA À CORTE: “VIR, VER E VENCER”

No final do século XIX, os jovens letrados do interior do país viviam este dilema: ou cercear suas capacidades na província, com escassas possibilidades para acolhê-los, ou desaparecer no anonimato da Corte, saturada de “homens de letras”. Como muitos outros, João Capistrano Honório de Abreu preferiu seguir para a Corte, talvez acreditando naquilo que – segundo ele mesmo chegou a dizer – seria o lema de todo provinciano ingênuo: “vir, ver e vencer”. A bordo do navio Guará, que o conduzia de Fortaleza para o Rio, escreveu:

Ante-ontem, foi aqui dia de festa. O céu aparecia negro e obscuro como o interior de um sepulcro. A chuva caía fina e implacável. O mar se arrojava impetuoso como as labaredas de um incêndio, ora irrompia imenso, vário como uma floresta de montanhas. Quase todos os passageiros sentiram-se enjoados, e até eu por cinco minutos não resisti. Foi este espetáculo um dos mais belos que presenciei. De pé, com os braços abertos, com a respiração suspensa, com o olhar fixo, eu assistia a todas as cambiantes que assumiu a perspectiva e via todas as fases da luta, só tendo uma esperança – que ela durasse; só tendo um desejo, poder tomar parte naquele combate de colossos.<sup>3</sup>

Capistrano chegou ao Rio de Janeiro no dia 25 de abril de 1875, aos 22 anos, vindo do interior da província do Ceará, onde nascera a 23 de outubro de 1853. Chegou munido de espírito de combate e de algumas “armas”, ante-endo a entrada em uma arena de disputas. Pouco antes de deixar sua terra natal, tivera breve contato com um famoso conterrâneo: o escritor José de Alencar, que sobre ele escreveu, em carta ao amigo Joaquim Serra:

Nas minhas pesquisas fui auxiliado por um jovem patricio meu, Sr. João Capistrano de Abreu, notável por seu talento, entre tantos que pululam na seiva exuberante desta nossa terra, que Deus fez mais rica de inteligência do que de ouro. Esse moço, que já é fácil e elegante escritor, aspira ao estágio da imprensa desta Corte. Creio eu que, além de granjear nele um prestante colaborador, teria o jornalismo fluminense a fortuna de franquear a um homem de futuro o caminho da glória, que lhe estão obstruindo acidentes mínimos.

Alencar foi uma espécie de paraninfo de Capistrano ao apoiar sua vinda para o Rio. Conheceram-se em 1874, quando o eminente escritor visitava sua terra natal. Graças a Alencar, Capistrano obteve a importante recomendação de Joaquim Serra ao poderoso Machado de Assis, que assim dizia:

Meu caro Machado. Apresento-te o portador desta, o sr. João Capistrano de Abreu, moço muito recomendável pelo seu mérito literário e que me foi apresentado pelo nosso amigo José de Alencar. O sr. Capistrano de Abreu aprecia-te, e deseja pessoalmente conhecer-te; estou certo que o acolherás como a um amigo e colega. Abraça-te o teu SERRA.<sup>4</sup>

Provavelmente, essa recomendação ajudou Capistrano a conseguir seu primeiro emprego no Rio, na prestigiosa Livraria Garnier, que, na época, foi chamada de “Sublime Porta”, pois através dela era possível ascender ao sucesso no mundo das letras. Com humor, dizia-se que parar diante de sua porta era o mesmo que “posar para a posteridade”. Outro observador notou que aquela livraria não era “um simples estabelecimento comercial, mas um clube, uma academia, uma corte de mecenato”.<sup>5</sup> Seu trabalho era escrever notas publicitárias sobre os livros lançados pela Editora Garnier. No mesmo ano de 1875 estreou na imprensa carioca, publicando conferências que pronunciara no Ceará, no ano anterior. Capistrano, que fizera as primeiras letras na terra natal, não concluíra os estudos preparatórios para a Faculdade de Direito do Recife na década de 1870. Era um autodidata com alguma experiência como escritor, adquirida nos jornais de Fortaleza e nas conferências literárias da “Academia Francesa” do Ceará. A imprensa era, então, um polo atrativo para intelectuais de todos os cantos do país, e Capistrano não foi uma exceção. Ao lado da diplomacia e do ensino, o jornalismo completava o quadro das atividades intelectuais proeminentes.

Capistrano escrevia notícias sobre novos lançamentos literários e artigos de crítica, que geralmente se orientavam pela provocação de polêmicas com

os autores criticados. Por essa época também atuou como professor de francês e português no importante Colégio Aquino. Talvez tenha começado a ficar conhecido no meio intelectual a partir de uma polêmica travada com um dos mais importantes críticos literários de então, o sergipano Sílvio Romero. Em 1876, o jovem Abreu (como então gostava de ser chamado), de 24 anos, publicou artigos criticando um texto de Romero, intitulado *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro*, de acordo com o qual o brasileiro seria distinto do português, não por causa da natureza ou da mistura com os indígenas, mas pela presença dos negros.

Utilizando a estratégia de citar autores estrangeiros como argumento de autoridade e de reproduzir as contradições do texto analisado, Capistrano se opôs à tese apresentada, afirmando a importância do meio na formação da nacionalidade brasileira e ressaltando o papel do elemento indígena. Alguns anos depois, em 1880, Capistrano teve nova oportunidade de atacar Romero, pelos mesmos motivos apontados anteriormente. Ele publicou, na *Gazeta de Notícias*, três artigos sob o título de “História Pátria”, criticando o livro *A literatura brasileira e a crítica moderna*. Desta vez, buscou nas leis da ciência e na “verdade histórica” os argumentos para contradizer seu interlocutor, conforme se verá na segunda parte deste texto.<sup>6</sup>

Entre uma provocação e outra, publicou dois trabalhos que chamaram a atenção: os necrológios de José de Alencar (1877) e do visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen (1878). Na época de sua morte, Alencar enfrentava severas críticas, o que potencializava a posição assumida por Capistrano. O escritor participara da cúpula da vida política do Império, chegando a ocupar o cargo de ministro de Estado, no entanto, foi lançado ao ostracismo por D. Pedro II, após ter criticado o livro *A Confederação dos Tamoios* (1856), de Gonçalves de Magalhães – escritor que fazia parte do seleto grupo de protegidos do imperador –, a política do governo e as qualidades intelectuais do monarca.

Sob o pseudônimo de Ig, o jovem e desconhecido Alencar afirmara que os índios de Magalhães poderiam figurar em um romance europeu, árabe ou chinês. Embora compartilhasse a moda do indianismo romântico consagrada nas décadas de 1850 e 1860, abordou o tema com outro olhar: recusou a perspectiva épica de Magalhães e optou pelo drama. Almejava poder escrever sobre a própria terra esquecendo suas próprias ideias de homem civilizado e, como outros autores de sua época, incluindo Varnhagen, também defendia que o conhecimento da língua indígena era o melhor meio para promover a nacio-

nalidade da literatura. Nas suas obras, evitou os “excessos de imaginação” e procurou demonstrar um conhecimento sobre a natureza e os naturais do Brasil, recorrendo a uma narrativa didática e, por vezes, etnográfica, com uso de notas de rodapé. Privilegiou os contrastes da luta entre barbárie e civilização, bem ao gosto romântico, e sofreu severas críticas, que o acusavam de ser pouco nacionalista e original, por sua inspiração francesa. Para Ivana Stolze Lima, “o nacionalismo literário de Alencar levou-o às reflexões sobre a língua como corpo em transformação, marcado indelevelmente pela história”. Daí a ênfase de que a língua portuguesa teria história própria. Ênfase vista de modo pejorativo como “mania de tornar o brasileiro uma língua diferente da do velho português”.<sup>7</sup>

Ressaltando o fato de Alencar ser seu conterrâneo, Capistrano o apresentou como “o primeiro e principal homem de letras brasileiro”, “o fundador da literatura brasileira”, chamando a atenção para um aspecto de sua obra: o interesse pelo povo, por suas tradições, usos e costumes. Afirmou que seu nome deveria figurar no panteão da história, ao lado de grandes autores estrangeiros, e destacou seu empenho em “criar para si a imortalidade no curto prazo de vinte anos”, através de obras que as gerações futuras deveriam ler como ensinamentos.<sup>8</sup>

Se a morte de Alencar pode ser vista como a chave que abriu as portas do mundo intelectual carioca para Capistrano, é possível dizer que o necrológio de Varnhagen abriu-lhe as portas do mundo dos estudiosos da história. Assim como Alencar, Varnhagen também sofria severas objeções, que o acusavam de escrever a história “sem crítica e sem estilo”, embora elogiassem sua capacidade como “investigador de fontes históricas”. Capistrano tomou para si a tarefa de valorizar a contribuição do visconde para a historiografia brasileira, referindo-se a ele como “historiador da pátria”, “grande exemplo a seguir e a venerar”, “o mestre, o guia, o senhor”.<sup>9</sup>

Em 1879, passou a integrar o corpo de redatores da *Gazeta de Notícias*, especializando-se na crítica literária, e prestou concurso para a Biblioteca Pública da Corte, conquistando o primeiro lugar. Ao lado do Arquivo Público e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Biblioteca era guardiã de um precioso acervo documental e reunia profissionais conceituados por seus estudos históricos, sendo uma importante instância de consagração intelectual, uma das “usinas de glórias”, como Capistrano referiu-se certa vez à Academia Brasileira de Letras, à Academia de Medicina e ao IHGB.

Mesmo tendo encontrado um lugar de destaque na Biblioteca, Capistrano

optou por alçar um novo voo: prestou concurso para o Imperial Colégio de Pedro II, em 1883. A cadeira disputada era a de maior prestígio: Corografia e História do Brasil. Defendeu a tese *O descobrimento do Brasil* e foi aprovado por 17 votos contra 5. No mesmo ano começou a lecionar. Anos depois, a entrada de Capistrano no Colégio de Pedro II ainda era lembrada por seus contemporâneos. Em 1907, o crítico literário José Veríssimo comentou:

O ponto, igual para todos os candidatos, versava sobre o descobrimento do Brasil, e seu desenvolvimento no século XVI. Li todas essas teses. Com exceção da do Sr. Capistrano de Abreu, eram bons resumos do que estava em Varnhagen e em outras obras vulgares, sem nenhuma novidade, nem de investigação, nem de pensamento. Ao contrário dessas, e do que são aqui por via de regra as teses de concurso, onde os estudos próprios e a originalidade brilham geralmente pela ausência, a do Sr. Abreu se distinguia por aquelas duas raras qualidades, e se não revelava um lente – um sujeito capaz de ler em aula, de cor ou não, a matéria a ensinar – mostrava claramente um professor capaz de fazer ele mesmo a sua ciência e de transmitir aos seus discípulos o gosto e a capacidade de a fazerem.

Com a extinção da cadeira de Corografia e História do Brasil em 1899, Capistrano foi posto em disponibilidade, alegando incapacidade para ministrar aulas de História Geral, por ser especialista em História do Brasil. Antes de morrer, já era considerado um grande erudito, espécie de “enciclopédia” viva da história pátria. José Veríssimo, que também se dedicava ao estudo de temas brasileiros, escreveu sobre Capistrano em 1907, comentando o livro *Capítulos de história colonial*, que acabara de ser publicado. Antecipando as palavras de Calógeras após a morte de Capistrano, Veríssimo situou o historiador cearense em relação à historiografia brasileira, afirmando que, antes dele, a História do Brasil era escrita “à maneira de crônica, relatório ou anais, em estilo oficial das velhas relações de sucessos portugueses, com escusadas miudezas circunstanciais, profusão minuciosa e impertinente de datas, superfluidade enjoativa de nomes e apelidos, alcunhas e títulos”.

Sobre o livro *Capítulos de história colonial*, comentou:

Ainda não é a História; é, porém, mais do que tudo anteriormente feito por ele: é já o alicerce da sua construção, são as paredes mestras do arcabouço acabado. Pelos fundamentos que ali estão, pelas paredes, sabe-se o que será o edifício e a arquitetura ... É um livro de mestre para mestres, e a estes cabe discuti-lo.

Capistrano destacava-se pela “segurança da investigação, vasteza da informação, profundidade do saber e inteligência do assunto”, qualidades que o distinguiriam de seus antecessores e contemporâneos. Seu livro *Capítulos de história colonial* é considerado por Veríssimo como “a síntese mais completa, mais engenhosa, mais perfeita e mais exata que poderíamos desejar da nossa evolução histórica”. Síntese de aproximadamente trinta anos de estudos históricos sobre o Brasil. O autor também chama a atenção para o conhecimento da historiografia alemã por parte de Capistrano, valorizando sua utilização de métodos seguros de investigação histórica. Também aponta a presença de uma direção filosófica em sua produção, capaz de livrá-lo de ser “um simples erudito”. Seu grande mérito teria sido a capacidade crítica, empregada na análise de documentos e na crítica dos estudos anteriores. Assim,

Não só verificou os monumentos e fontes onde haviam eles [seus antecessores] bebido, mas descobriu ou aproveitou novas, como daquelas mesmas tirou o que a eles escapou. E é esse trabalho de crítica, preliminar indispensável a toda construção histórica, o que desde o princípio seria principalmente o seu, que assinala proeminentemente o lugar e papel do Sr. Capistrano de Abreu na nossa cultura histórica. Ele é sobretudo um crítico histórico ou um historiador crítico, mas crítico com capacidades construtoras...<sup>10</sup>

Após a morte de Capistrano, no fim da década de 1920, vários discursos o caracterizaram como intelectual-símbolo de uma nacionalidade que se quer culta e civilizada e, ao mesmo tempo, próxima do sertão não civilizado, lugar onde, acreditava-se, o Brasil seria mais autêntico. Esse historiador “sertanejo” seria uma espécie de mediador entre os mundos da civilização e da barbárie, por possuir aquilo que então se esperava de um historiador: erudição, cultura geral, informações originais, “habilidade de investigação minuciosa, aliada ao método de comparação, dedução e exposição” e, talvez o principal, o “sentimento da terra e da gente” brasileiras.

Coelho Neto, por exemplo, apresentou-o como “um estranho no meio e no tempo” por seu temperamento arredio, interpretado como uma “sobrevivência do ‘bárbaro’, latente no supercivilizado”. Em sua opinião, Capistrano era um “selvagem, que o estudo tornou um dos expoentes máximos da nossa cultura”, de modo que “o livro o purificou da barbárie fazendo-lhe o nome atingir a glória”. Sua suposta ancestralidade indígena havia contribuído para aperfeiçoar suas capacidades como escritor e investigador, em uma época na



qual o estudo da história do Brasil podia ser associado ao ato de entrar em uma “selva escura” ou em um “matagal ínvio”. O próprio Capistrano definiu-se, certa vez, como um velho vaqueano, cujos conhecimentos práticos permitiam trilhar caminhos antigos, pouco ou nada explorados, no terreno da historiografia e da linguística indígena.

Mas, ao lado da aparência e dos modos, que autorizavam referências ao mundo do interior e aos indígenas, o tipo de conhecimento desenvolvido por Capistrano permitia outro tipo de aproximação. Como observou Assis Chateaubriand, o grande mérito de Capistrano teria sido compreender a *brasilidade* – propriedade distintiva do Brasil e do brasileiro – traduzindo-a por meio de seus estudos sobre as línguas e os costumes indígenas e, também, sobre a história colonial.<sup>11</sup> O texto que segue acompanha parte dos estudos de Capistrano sobre os índios, em busca do “povo brasileiro”.

#### VIAGEM PELO BRASIL, EM BUSCA DO “POVO BRASILEIRO”

... a questão tenebrante: o povo brasileiro é um povo novo ou um povo decrépito? E os fatos idealizados pelo tempo valem mais que os passados atualmente?

Capistrano de Abreu<sup>12</sup>

... é a história, mas a história viva, animada, brilhante como o drama, grande e majestosa como tudo que nos aparece através do dúplice véu do tempo e da morte.

José de Alencar<sup>13</sup>

Capistrano de Abreu procurou explicar a formação da nacionalidade brasileira por meio das fontes oriundas de uma *cultura popular* identificada com um espaço específico – o sertão – e com um legado: o das tradições indígenas. Considerando a literatura como “fato social”, o autor chegou a afirmar que os contos populares – que têm como “herói eterno o caboclo e o marinheiro” – são “os documentos mais importantes para a nossa história”.<sup>14</sup>

Um dos primeiros textos em que abordou o tema da *formação* nacional foi publicado em duas partes, no ano de 1876. Trata-se da já citada crítica ao trabalho de Silvio Romero intitulado *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro*. Como foi dito no início, para Romero, o brasileiro seria distinto do português, não por causa da natureza ou da mistura com os indígenas, mas

pela presença dos negros. Capistrano se opôs a essa tese, afirmando a importância do meio na formação da nacionalidade brasileira e ressaltando o papel do elemento indígena.<sup>15</sup>

As teorias mesológicas eram, então, amplamente aceitas como capazes de explicar as desigualdades sociais. Segundo Capistrano, a natureza é um dos “motores” atuantes na “feitura do caráter nacional”. Outro “motor” é a raça, seja ela admitida como produto da natureza ou como fator originário e irreduzível. Mas, afirma o autor, meio e raça não são os únicos fatores a contribuir para a construção da estrutura social. Considerava ele que, se ambos “agem sobre a sociedade, a sociedade reage sobre eles; o meio social de efeito passa a ser causa; de resultante passa a ser componente”.<sup>16</sup>

Defendendo a articulação entre o uso de teorias e o exame de *corpus* documentais, Capistrano considera que “os achados da crítica moderna” (base da argumentação de Romero) são generalizações empíricas e, por conseguinte, provisórias. Nesse sentido, as leis da ciência “são um inquérito e não uma sentença: não podem ser opostas aos fatos, mas devem adaptar-se a eles”, levando o autor a concluir que “as teorias só servem para se descobrir os fatos”.<sup>17</sup>

Como vimos, em 1880 Capistrano teria nova oportunidade de “atacar” Romero, pelos mesmos motivos já apontados. Em seus artigos de crítica ao livro *A literatura brasileira e a crítica moderna*, onde persistia a tese de que a influência dos negros sobre a sociedade brasileira é maior que a influência do meio e das populações indígenas, Capistrano afirmou: “A minha tese é a seguinte: o que houver de diverso entre o brasileiro e o europeu, atribuo-o em máxima parte ao clima e ao indígena. Sem negar a ação do elemento africano, penso que ela é menor que a dos dois fatores, tomados isoladamente ou em conjunção”.<sup>18</sup>

O autor buscava nas “leis da ciência” (a sociologia) e na “verdade histórica” os argumentos para contradizer Romero. Mas, para além de utilizar um conjunto de teses científicas, norteadas pelo determinismo metodológico e pela busca de leis, compreende que a “verdade” seria alcançada mediante o estudo dos cronistas coloniais e o confronto das fontes originais.

Na década de 1890, Capistrano iniciou seus estudos sistemáticos sobre as línguas e costumes dos índios, que o ocupariam até o fim da vida. Mas a tarefa impunha muitas dificuldades: havia poucos trabalhos referenciais, produzidos por estrangeiros, como o alemão Karl Von den Steinen (1855-1929), autor de *Die Bakairi Sprache* (1892) – o qual Capistrano considerava o “primeiro especialista na etnografia selvagem” –, e por brasileiros, como Teodoro Sam-

paio (1855-1937) e Batista Caetano (1826-1882). O primeiro, autor de *O Tupi na geografia nacional* (1901) e do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico* (1922); e o segundo, autor de *Apontamentos sobre o Abaíneenga* (1876), entre outras obras.

Em trabalho minucioso, Beatriz Protti Christino mapeou as redes de americanistas entre os anos de 1890 e 1929 – período que coincide com a intensa realização de viagens de etnógrafos alemães à região amazônica –, procurando situar Capistrano de Abreu no contexto de produção e recepção de sua obra sobre a língua dos caxinauás. De acordo com a autora, ao longo da segunda metade da década de 1890 observa-se um processo de internacionalização e inclusão de estudiosos americanos na comunidade produtora de saber sobre os povos americanos, até então restrita aos estudiosos europeus. Nesse contexto, grupos antes considerados como indistintos adquiriram novos contornos, demarcando a extrema diversidade dos *povos indígenas*. Capistrano tornou-se uma figura-chave entre os estudiosos empenhados no registro, descrição e análise das línguas indígenas sul-americanas não filiadas ao até então englobante Tupi. O estudioso brasileiro era reconhecido por seus contemporâneos, do Brasil, como alguém que “[r]enovou methods de analyse [e] [t]ransplantou para o nosso meio os processos críticos da ethnologia alemã”. E no exterior, sua obra era tida por seu “alto valor científico, quase sem paralelo na linguística e ethnografia sul-americanas. O maior e melhor material que jamais se publicou sobre língua sul-americana de índios”.<sup>19</sup>

Para Teodoro Sampaio, o procedimento científico ideal seria:

Registrar o que em íntima e diuturna convivência com o índio se nos deparar como fenômeno de sua língua ou produto genuíno de seu intelecto e da sua memória, tal deve ser o escopo a atingir da parte de quem quer que porventura se proponha conhecer o homem das selvas no seu passado, na sua filiação em relação a outros povos.

Um exemplo desse procedimento seria, justamente, a obra de Capistrano sobre a língua caxinauá. Ainda nas palavras de Sampaio:

O *Rã-txa-hu-ni-ku-i* tem na Linguística todo este alcance, como gramática, texto e vocabulário dos *Caxinauás*, e até como lenda, conto ou fábula, concorrendo para a decifração da marcha obscura desse povo no passado ... O modelo, que ele por si só significa, dará no futuro os seus bons frutos e a ciência das lín-

guas indígenas, já hoje entrada em fase nova, há-de dar-lhe o destaque que merece como subsídio que é dos mais valiosos na solução do grande problema.<sup>20</sup>

Apesar do reconhecimento por parte dos especialistas – não compartilhado por muitos daqueles que consideravam tais estudos inútil perda de tempo – as investigações de Capistrano nos domínios da linguística e da etnografia indígena parecem ter sido acompanhadas por constante frustração. Em 1909, por exemplo, concluiu, referindo-se aos trabalhos que realizara: “procurei levianamente uma escravidão pesada, e desperdicei meu tempo precioso, porque, com toda a franqueza o declaro, não estava preparado para tanto e a cousa não sairá como desejo”.<sup>21</sup> Supostamente, essa “escravidão pesada” resultava da combinação de três aspectos.

Em primeiro lugar, a dificuldade inerente ao estudo das línguas indígenas, dependente da colaboração de informantes nativos. Ao longo do tempo, Capistrano chegou a viver com seis índios em sua própria casa ou em casas emprestadas por amigos, fora da cidade, com o objetivo de concluir seu trabalho de coleta e tradução de palavras e informações sobre diferentes grupos indígenas. Mas, diante de uma atividade marcada pelo tédio e por irritações recíprocas, chegou a afirmar que “trabalhar com índios nem é fácil nem agradável; mas também não é das maiores áfrias: urge fazê-lo”. Seu método consistia em “nada sugerir” e “só fazer perguntas quando de antemão se conhecer a resposta”. O estudioso reconhecia as diferenças entre as atividades de campo e de gabinete, constatando que, em sua época, havia dois modos de estudar uma língua americana: o confessional e a missão. Tendo escolhido o primeiro, concluiu: “vejo o quanto é imperfeito: as afirmações mais categóricas só adquirem algum valor, contrastadas com o uso quotidiano”. Pensava que “se fosse a uma aldeia, no primeiro dia entenderia quase tudo, e creio que, finda a primeira semana, falaria com desembaraço”.<sup>22</sup>

Em segundo lugar, as condições de trabalho com poucos recursos. Empenhado na publicação do livro sobre a língua caxinauá, concluiu: “desgraçado de quem se mete a publicar um trabalho sobre línguas indígenas na América do Sul, ou pelo menos, no Brasil, ou pelo menos na Imprensa Nacional”. O conflito com as gráficas e editoras era contínuo e marcado por imprevistos como um incêndio que destruiu parte dos originais. E as dificuldades não ocorriam só por aqui. Para publicar a obra do etnógrafo alemão Karl Von de Steinen, que não encontrava editor, o antropólogo norte-americano Franz

Boas precisou recolher assinaturas de 50 dólares no Brasil, pedindo ajuda a Capistrano.

Por fim, o obstáculo decorrente da constatação da urgência da tarefa, que, por vezes, podia suscitar desânimo diante da empreitada, como se essa, embora necessária, fosse mesmo impossível. Como muitos estudiosos de seu tempo, Capistrano acreditava que os índios estavam prestes a desaparecer, chegando a afirmar, por exemplo: “em todo caso, viro as costas à História; não faltarão Tácitos e Suetônios: os pobres índios sumir-se-ão do mundo; quero apenas que não vão sem acompanhamento ao túmulo”. Mas, ao contrário da ideia prevalecente ao longo do século XIX, esse desaparecimento não ocorreria em função da decadência ou da degeneração dos índios devidas a fatores raciais ou naturais. Esse desaparecimento é relacionado pelo autor ao contato dos indígenas (visto como nocivo) com o elemento branco, representado pelas figuras do seringueiro, no Brasil, e do caucheiro, no Peru. Por vezes, o contato com o próprio estudioso poderia contribuir para “desvirtuar” índios que, de outra forma, manteriam sua “pureza” inerente. Capistrano chegou a lamentar que um de seus informantes, entediado por extenuantes entrevistas, preferia ausentar-se, fugindo para a cidade. Diante disso, afirmou: “o índio não resistiu a um ano de contato com os civilizados e está ficando ruim. Estou agora procurando meio de reexportá-lo”. Acreditava que a “má companhia urbana” teve efeito nocivo sobre a moral do índio Mogói, de modo que ele “ficou impróprio para morar entre os seus” e, na cidade, deteriorava-se a cada dia. Nesse sentido, o caso de Capistrano dificilmente pode ser enquadrado na perspectiva, em vigor no século XIX, de que a relação entre o pesquisador e seu informante poderia ser controlada mediante uma objetividade descritiva. A correspondência desse historiador-etnógrafo contém vários exemplos da tensão, dos aborrecimentos, dos afetos e das frustrações constantes que marcaram sua relação pessoal com os índios.

Entre outros motivos, Capistrano queria escrever sobre a língua indígena para que não sucedesse o mesmo que ocorrera com certa língua do Orinoco, que segundo Humboldt, havia sido “conservada apenas por um papagaio”.<sup>23</sup> Essa espécie de retórica da perda ou do desaparecimento dos indígenas vigorava desde o século XIX, e a obra de Martius era paradigmática, no caso brasileiro. O trabalho escrito por esse naturalista alemão com Johann Baptist von Spix, *Viagem pelo Brasil* (publicado na Alemanha em 1823), era considerado como um “esplêndido companheiro” por Capistrano: “pode-se dizer: a humanidade americana já não tem mais futuro e diante dos nossos olhos ela terá

desaparecido”. O mesmo se pode dizer de Varnhagen, conhecido opositor das práticas filantrópicas dirigidas aos índios, crítico do “indigenismo caboclo”, defensor da escravidão indígena, para quem “tempo virá em que se não há de conhecer que cor tinham os Índios: muito menos, acrescentamos, se conhecerão suas línguas, usos e costumes, se disso não se cuidar quanto antes”.<sup>24</sup> Uma das provas que evidenciariam esse “desaparecimento” por meio de um contato cultural visto como nocivo era o fato, que Capistrano considera curioso, de que seu informante indígena “não conhece as tradições antigas, tem que aprende-las comigo e levá-las-à sabidas”.<sup>25</sup>

O fim do século XIX e as décadas iniciais do século XX no Brasil foram marcados por intensa expansão das fronteiras agrícolas de exploração econômica, o que contribuiu para enfatizar a antiga crença de que a extinção dos índios era inevitável e ocorreria a curto prazo. Em consequência disso, as pesquisas sobre os indígenas se intensificaram dentro e fora do país. João Pacheco de Oliveira chama atenção para o fato de que esse mesmo movimento que buscou “salvar” os indígenas por meio de estudos sistemáticos, paulatinamente contribuiu para o “desaparecimento” do indígena, pois, na medida em que afirmou a existência de uma cultura indígena autêntica, pura, em vias de desaparecer, produziu interpretações que negaram a existência de “índios autênticos”, uma vez que esses teriam desaparecido mediante o processo de aculturação. Por conta disso, afirmou-se o estigma dos “índios misturados”, vistos como “falsos” índios.<sup>26</sup>

No século XIX, o interesse pelo estudo das línguas indígenas mobilizou autores como Gonçalves Dias, José de Alencar e o citado Varnhagen. Tal estudo foi associado à recolha – “nos lábios de seus povos dispersos sobre a face de seu território” – de “brasileirismos”, de histórias indígenas e de cantigas populares, diretamente vinculada à busca por “poemas nacionais”, “heróis ancestrais” e “textos fundadores da nacionalidade”. Nas palavras de Varnhagen:

Cada vez me convenço mais de que para o estudo das raças indígenas nada nos pode ser de mais socorro do que o conhecimento das suas línguas. Por isso mesmo não me poupo a trabalho para juntar todo impresso e manuscrito que vou encontrando a tal respeito, e nunca pensei que só acerca da América do Sul tivesse outrora publicado tão importantes obras.<sup>27</sup>

O estudo das línguas indígenas era considerado fundamental para a compreensão das migrações populacionais e, por conseguinte, do povoamento do

território, visto como a base para a *formação da nacionalidade*. Além disso, a própria caracterização das tribos indígenas baseava-se no viés linguístico, de modo que a antiga dicotomia entre Tupis e Tapuias equivalia à distinção entre falantes da língua geral e não falantes, respectivamente. Persistia a crença de que a linguagem seria a chave para decifrar a história de toda a humanidade. Nesse sentido, existiriam línguas originais, puras, cuja corrupção supostamente poderia ser avaliada e medida.

Nos estudos de Capistrano não se observa tanto a preocupação em detectar a “corrupção” da língua, ainda que essa seja considerada possível. Supostamente, o autor está mais preocupado em compreender a linguagem como um sistema vivo, dinâmico e complexo. Suas análises objetivam, sobretudo, identificar, por meio de comparações, as diferenças entre os idiomas nativos. A língua é um organismo que precisa se adaptar ao meio, perdendo e adquirindo funções, de acordo com um “princípio plástico”. Por conta disso, atenta para a possibilidade de que, algum dia, seja possível estabelecer uma “cronologia da língua”. Também procura outro caminho no estudo das línguas indígenas, distinto daquele que identifica como o “ponto de vista antigo, filosófico”, caracterizado por questões abstratas e ideias *a priori* e não por “fatos glóricos”.

Seu interesse em acessar a história dos índios por meio do estudo linguístico é digno de nota. Esforço, diga-se de passagem, que identifica as tradições *populares* e também as indígenas como marcadas pela memória e pelo anacronismo. Seguindo a trilha de Steinen, Capistrano atenta para as diferentes temporalidades dos verbos da língua bakaeri, identificando três tipos de passado (remoto, médio e flagrante), “talvez dois presentes” (que muitas vezes se confundem com passado e passado remoto) e futuro, que pouco se emprega.<sup>28</sup> Tais análises, longe de ser um investimento excêntrico e desviante, parecem complementar seus estudos históricos, ainda que muitas vezes o autor demarque seu afastamento desses últimos em função do interesse pelos primeiros. Tal assertiva só é possível se considerarmos que, para Capistrano, a “questão tenebrante” colocada na epígrafe era saber se o povo brasileiro era um povo novo ou um povo decrépito. O estudo sobre as línguas e costumes indígenas seria útil para responder a tal questão, de modo que pensar sobre os índios equivaleria a pensar sobre o brasileiro e a *formação da nacionalidade*. Como bem observou Maria da Glória Oliveira, os estudos de Capistrano sobre os índios não devem ser vistos como algo deslocado de seus estudos sobre a história do Brasil, mas como um elemento decisivo para a constituição dessa

história. A crítica de Capistrano à obra de Oliveira Lima, *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico* (1894), é um bom exemplo do modo como o historiador enfrentava esta questão: por onde a história do Brasil deve começar?<sup>29</sup>

Divergindo da interpretação de Varnhagen, para quem prevalecia a unidade da raça e da língua indígena, os estudos de Capistrano parecem tê-lo conduzido a uma frequente constatação da diversidade e, por conseguinte, da fragmentação do “ser nacional”. Esse encontro com as diversidades pode ser percebido tanto nos estudos sobre línguas e costumes indígenas, como nos estudos sobre a história. Como observou Ronaldo Vainfas ao analisar os *Capítulos de história colonial* (1907), prevalece a compreensão de que “forças centrífugas e dissolventes” predominam no caso brasileiro. Apenas a “força passiva da religião” e a “força ativa da língua” permitiriam identificar uma América portuguesa.<sup>30</sup> Se, por um lado, essa constatação parecia induzi-lo ao pessimismo, por outro lado pode-se dizer que alimentava uma contínua busca por saber mais e um árduo esforço para decifrar o que ele mesmo definiu como “o nó da nossa história”: o povoamento do sertão. O nó estaria ali na “grande curva do São Francisco, a passagem dos Cariris e da Borborema, a entrada da Parnaíba, o caminho terrestre do Maranhão à Bahia”. Um povoamento que só teria sido possível quando o oceano foi esquecido e as relações com os indígenas se intensificaram. Um dos capítulos dessa história do Brasil seria marcado por essas relações, observadas, a princípio, em dois centros principais: Pernambuco e São Paulo. Daí a pergunta crucial: haveria algum fator comum que, em pontos tão distantes, traduziria manifestações semelhantes? Na sua interpretação, se os portugueses prosperaram em Pernambuco e São Paulo isso se deveria, ao menos em parte, às relações tecidas com os indígenas nas duas regiões. Assim, os índios entram na história, não como simples “curiosidade erudita”, mas como elemento fundamental em uma ocupação territorial, norteadas por um duplo movimento: do homem e da natureza.<sup>31</sup>

Cabe lembrar, ainda que brevemente, a querela que opôs Capistrano aos historiadores defensores do chamado “mito de origem da sociedade paulista”, que desde o século XVIII baseava-se em um conjunto de afirmações que relacionavam a grandeza de São Paulo à herança tupi. O fundamento dessa afirmação era a associação dos guaianás de Piratininga aos tupis. No fim do século XIX, alguns estudiosos levantaram a hipótese de que os guaianás não pertenciam ao grupo tupi e que, além disso, eram os remotos ancestrais dos contemporâneos kaingang, associados aos tapuias, o grupo mais desprezado pela ciência moderna. Capistrano foi um dos defensores dessa tese, apoiando-



se em estudos que demonstravam a diversidade dos grupos até então homogeneizados pelos termos tupi e tapuia.

Da diversidade das línguas indígenas à diversidade dos *Brasis*, passando pela dúvida acerca da “evolução” ou “dissolução” do *povo* brasileiro. Em carta a Paulo Prado, de 1922, Capistrano desenha um gráfico para demonstrar o processo por meio do qual seu interlocutor poderia compreender (e explicar) o fenômeno paulista. A “pauliceia” atingira um clímax para em seguida decair e, por fim, regenerar (ascensão – clímax – descida – regeneração). A aplicação de tal fórmula às sociedades humanas não era nova, tendo sido utilizada inúmeras vezes com o intuito de escapar à condenação imposta pela noção de decadência ou degeneração. Em Capistrano, tal fórmula parece oferecer uma solução para a “questão tenebrante” que o afligira.

Retomando o texto de Flora Süssekind que serve de epígrafe e o ensaio de Ilmar Rohloff de Mattos, que apresenta a trajetória de Capistrano da província à corte como uma viagem de descobrimento de si mesmo e do Brasil, é possível perceber algumas semelhanças entre a construção do moderno narrador de ficção e o moderno historiador. No que tange à percepção do tempo, esse historiador *viajante* moderno sabe que

o Brasil não é longe dali e que, para descobri-lo tornava-se necessário ao tanto dele sair, ir para o exterior, para repensá-lo à distância, como preconizariam os modernistas mais tarde, e sim desbravar seu interior, revelar sua natureza mais íntima, por meio de muitas viagens, reais ou imaginárias, de modo muito semelhante ao proceder dos românticos. Viagens duras, mas plenas de novidades; viagens que se constituíam em repositório de um conjunto de elementos que suscitavam a um só tempo admiração e temor: viagens maravilhosas! (Mattos, 1997, p.2)

Embora compartilhasse os dilemas e descrenças da “nova geração” de 1870 e propusesse uma “questão tenebrante”, ao considerar a possibilidade de regeneração, Capistrano parece reafirmar o movimento da história. Movimento que, supostamente, permitia duvidar do “peso” do passado e indagar se “os fatos idealizados pelo tempo valem mais que os fatos passados atualmente”. No fim das contas, podia dizer que “nenhum será capaz de endireitar o Brasil, nenhum de metê-lo a pique de vez”. Movimento que permitia pensar que um de seus informantes, o índio Tuxinin, era “um verdadeiro cearense; até chama português de *marinheiro*”. O índio bacaeri prestes a “desaparecer” *renascia* na figura do cearense, que, ao menos para alguns, era sinônimo de brasileiro.<sup>32</sup>

## NOTAS

<sup>1</sup> SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrado, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.153-154.

<sup>2</sup> Parte desta reflexão está contida em GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Tese (Doutorado em História) – UFF. Niterói (RJ), 2006. Para a elaboração deste artigo, registro aqui minha dívida com dois estudos que pensam a trajetória de Capistrano como viajante/descobridor: MATTOS, Ilmar Rohloff. Capítulos de Capistrano. In: PUC-RJ. *Os descobridores: Mário de Andrade, Capistrano de Abreu e os descobrimentos do Brasil*. Rio de Janeiro: PUC, relatório de pesquisa integrada, 1997, disponível em [modernosdescobrimentos.inf.br/desc/capistrano/frame.htm](http://modernosdescobrimentos.inf.br/desc/capistrano/frame.htm) em maio de 2005; e PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimentos de Capistrano: a História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. Tese (Doutorado em História) – PUC. Rio de Janeiro, 2002. Ver também: SÜSSEKIND, 1990.

<sup>3</sup> Carta de Capistrano de Abreu a Ana Nunes de Melo, 23 abr. 1875. In: MENEZES, Raimundo de. Há cem anos nascia Capistrano de Abreu. *Revista Investigações*, ano V, n.51, Separata, p.14-15, out.-dez. 1953. Ver também: ABREU, Capistrano de. Livros e Letras (Seção). In: \_\_\_\_\_. *Ensaio e estudos* (crítica e história), 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; MEC, 1976, p.104-107. Artigo não assinado, originalmente publicado na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 nov. 1879.

<sup>4</sup> Respectivamente, ALENCAR, José de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Aguilar, s.d. v.4, p.969; e Carta de Joaquim Serra a Machado de Assis, de 11 maio 1875. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano II, n.5, p.70, jul. 1911.

<sup>5</sup> A referência a Garnier como “Sublime Porta” foi feita pelo escritor João Luso na revista *Kosmos*, nov. 1908.

<sup>6</sup> ABREU, Capistrano de. O caráter nacional e as origens do povo brasileiro, in 1976, 4ª série, p.3-24, originalmente publicados em *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1876 e 8 mar. 1876, respectivamente; e História pátria, in 1976, 4ª série, p.3-24, originalmente publicados na *Gazeta de Notícias*, 9, 10 e 13 mar. 1880.

<sup>7</sup> LIMA, Ivana Stolze. Índios e língua nacional em José de Alencar. In: \_\_\_\_\_. *Cores, marcas e falas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p.165. Ver também: SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.125-157; PINTO, Maria Cecília de Moraes. *A vida selvagem: paralelo entre Chateaubriand e Alencar*. São Paulo: Annablume, 1995.

<sup>8</sup> ABREU, “José de Alencar”, in 1976, 4ª série, p.42-45, originalmente publicado na *Gazeta de Notícias*, 13 dez. 1877. Capistrano ainda publicaria outros textos sobre Alencar: um por ocasião do segundo aniversário de sua morte (*Gazeta de Notícias*, 12 dez. 1879) e outro pelo quinto aniversário (*Gazeta de Notícias*, 12 e 20 dez. 1882), ibidem, p.51-55 e 56-58, respectivamente. Sobre o vínculo de Capistrano com Alencar, ver observações de AMO-

ROSO, Marta Rosa. *Capistrano de Abreu e os índios*. Texto apresentado no ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 19. Caxambu (MG), 17-21 out. 1995, no Grupo de Trabalho História Indígena e do Indigenismo.

<sup>9</sup> Ver ABREU, Sobre o Visconde de Porto Seguro, in 1976, 1ª série, p.131-147, originalmente publicado na *Gazeta de Notícias* dos dias 21-22-23 nov. 1882; idem, Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, in 1976, 1ª série, p.81-91, originalmente publicado no *Jornal do Comércio*, 16-20 dez. 1878. Sobre a crítica a Varnhagen, ver, por exemplo: ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a História Nacional. *Revista do IHGB*, v.LVII, parte 2, p.259-290, 1894.

<sup>10</sup> VERÍSSIMO, José. O Sr. Capistrano de Abreu. *Jornal do Comércio*, 16 set. 1907; ver também: ABREU, Capistrano de. Carta a João Lúcio de Azevedo, 13 set. 1926, in *Correspondência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Inep, 1977, v.2, p.365; \_\_\_\_\_. Programa de História do Brasil. *Gazeta Litteraria*, 24 nov. 1884, p.377-380.

<sup>11</sup> ALENCAR, Mário. Sobre um livro de Capistrano. *Jornal do Commercio*, 25 out. 1907; COELHO NETO, Henrique. Redimido. *Jornal do Brasil*, 21 ago. 1927; CHATEAUBRIAND, Assis. Capistrano de Abreu. *O Jornal*, 14 ago. 1927; ver também: GONTIJO, Rebeca. O intelectual como símbolo da brasilidade: o caso Capistrano de Abreu. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.309-327. No início do século XX, o termo *brasilidade* servia para indicar uma espécie de “essência” dos seres e das coisas do Brasil, compondo aquilo que Temístocles Cezar definiu como a “retórica da nacionalidade”. Ver CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006, p.29. Observar o uso do termo em: CELSO, Afonso. *Por que me ufano do meu país*. (1.ed. 1900). Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997. A hipótese aqui é a de que Capistrano contribui para a releitura da noção de brasilidade, informado por perspectiva antiufanista, tal como se pode observar no *Retrato de Brasil* (1928), de Paulo Prado; ver KEULLER, Adriana T. A. Martins. Retrato do Brasil: uma análise da tristeza pradiana. *Dimensões – Revista de história da Ufes*, n.9, p.181-192. Disponível em: [www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes9\\_AdrianaTAMartinsKeuller.pdf](http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes9_AdrianaTAMartinsKeuller.pdf).

<sup>12</sup> Carta de Capistrano de Abreu a Mario de Alencar, 18 jan. 1911, in ABREU, 1977, v.1, p.226.

<sup>13</sup> ALENCAR, José de. Cartas sobre a Confederação dos Tamoios. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguillar, 1959, p.891.

<sup>14</sup> Para Capistrano, havia dois métodos de estudar a literatura: o qualitativo e o quantitativo. Enquanto o primeiro considera o “produto” literário fixando-lhe um valor e apelando à idealidade, o segundo considera o “processo”, o “característico”, os “antecedentes da realidade”. O primeiro julga, procura a beleza e a perfeição. O segundo define e procura o

“estado psíquico e social”. O autor optou pelo segundo método, considerando a estreita relação entre o “elemento social” e o “elemento literário”, de modo a supor que “a literatura é a expressão da sociedade”. Ver ABREU, A literatura brasileira contemporânea, in 1976, 1ª série, p.37 e 61, originalmente publicado em *O Globo*, 28 e 30 nov. 1875.

<sup>15</sup> ABREU, O caráter nacional e as origens do povo brasileiro, 1976, p.3-24; idem, História pátria, op. cit. O artigo de Capistrano tem o mesmo título do texto de Silvio Romero que é alvo da crítica, incluído como apêndice de uma série de artigos sobre a obra de Couto de Magalhães, também publicados no jornal *O Globo*. Ver: WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu e a História do Brasil. *Trajetos – Revista de História da UFC*, Fortaleza, v.3, n.5, 2004, p.49-63. Algumas observações sobre esses textos estão presentes em GONTIJO, Rebeca. Além do IHGB: Capistrano de Abreu e a escrita da história do Brasil (1870-1880). In: LESSA, Monica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (Org.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2008, p.183-207; e OLIVEIRA, Maria da Gloria. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS. Porto Alegre, 2006, p.129-149.

<sup>16</sup> ABREU, O caráter nacional..., 1976, p.5. Sobre as teorias mesológicas ver, por exemplo, BRESCIANI, Maria Stella Martins. Identidades nacionais: uma questão sensível. In: \_\_\_\_\_. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2005, p.19-147. E sobre as teorias raciais: ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: \_\_\_\_\_. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.13-35.

<sup>17</sup> ABREU, O caráter nacional..., cit., p.10 e 14.

<sup>18</sup> ABREU, História pátria, in 1976, 3ª série, p.106 e 111, originalmente publicado na *Gazeta de Notícias*, 9, 10 e 13 mar. 1880.

<sup>19</sup> Ver: ABREU, Capistrano de. *Rã-txa hu-ni-ku~i: grammatica, textos e vocabulário caxinauás*. A língua dos caxinauás do rio Ibuaçu afluente do Murú (Prefeitura de Tarauacá). (1.ed. 1914). Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1941. 2.ed. com emendas do autor e estudo crítico do prof. Theodor Koch-Grünberg; CHRISTINO, Beatriz Protti. *A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku~i em face da sul-americanística dos anos 1890-1929*. Tese (Doutorado em Linguística Geral) – FFLCH, USP. São Paulo, 2006, p.26-27. Em 1895, Capistrano foi eleito sócio-correspondente da Sociedade de Antropologia, Etnologia e Pré-História de Berlim. Em 1924, passou a compor os quadros da Société des Américanistes de Paris. Ver também: CALÓGERAS, João Pandiá. Capistrano de Abreu – Discurso proferido a 13 set. 1927 pelo Exmo. Sr. Dr. João Pandiá Calógeras na sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, comemorativa do trigésimo dia do passamento do historiador, *Annaes do Museu Paulista*, v.3, p.XXI-XXXIII, 1927; e GRÜNBERG citado em CHRISTINO, 2006, p.31.

<sup>20</sup> SAMPAIO [1915] citado em CHRISTINO, 2006, p.29.

<sup>21</sup> Em 1914, por exemplo, Oscar Lopes perguntou: “Para que serve todo esse esforço de Capistrano de Abreu, que lucra elle e que lucraremos nós na divulgação de um idioma de índios, idioma que ninguém querera aprender e índios que a civilização vai absorver?”. LOPES citado em CHRISTINO, 2006, p.20. Ver também: ABREU, Cartas a Mário de Alencar, 28 dez. 1909 e 6 set. 1915, in 1977, v.1, p.212 e 239, respectivamente.

<sup>22</sup> Capistrano contava com a ajuda de Cândido Rondon (seu vizinho), João Pandiá Calógeras, Oscar de Miranda e Luis Sombra, que promoviam seu encontro com os índios no Rio. Seus informantes (ou “línguas”) identificados são: os primos caxinauás Bôrô (Vicente Pena Sombra) e Tuxinin (Luis Pena Sombra); e os bacacris Irineu, Antonio (“língua” do etnógrafo Karl von den Steinen) e Mogói. Chegou a viver por dois anos com um dos bacacris. Ver ABREU, Capistrano de. Os guaianases de Piratininga [1917]. In \_\_\_\_\_. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989, p.27, originalmente publicado no *Jornal do Commercio*, 25 jan. 1917. Ver também: ABREU, Os caxinauás, in 1976, 3ª série, p.229; \_\_\_\_\_. Cartas ao barão do Rio Branco, 22 jun. 1895; a José Veríssimo, 20 nov. 1909; e a João Lúcio de Azevedo, 13 ago. 1921, in 1977, v.1, p.135 e 197, e v.2, p.220, respectivamente. A certa altura, Capistrano menciona que, se tivesse conhecido antes um artigo de Steinthal sobre o modo de colher “línguas selvagens”, teria tido o trabalho facilitado. Ver ABREU, Carta a [Mendes da Rocha], in 1977, v.1, p.58. Heymann Steinthal (1823-1899), filósofo e filólogo alemão, aluno de Wilhelm Von Humboldt na Universidade de Berlim, onde também lecionou, dedicou-se ao estudo da psicologia racial.

<sup>23</sup> ABREU, cartas a João Pandiá Calógeras, 22 ago. 1911; a João Lúcio de Azevedo, 20 out. 1923; a Paulo Prado, 6 fev. 1923, in 1977, v.1, p.377, e v.2, p.283 e 438; a Mário de Alencar, 1915, p.239, respectivamente; e ainda, carta a Alfredo Pujol, 29 abr. 1916, in 1977, v.3, p.66; e a João Lúcio de Azevedo, dos dias 17 jan. 1925 e 15 abr. 1925, in 1977, v.2, p.316 e 326. Ver também: ABREU, Os caxinauás, in 1976, 3ª série, p.250, originalmente publicado no *Jornal do Commercio*, 25 dez. 1911 e 7 a 14 jan. 1912.

<sup>24</sup> Respectivamente, MARTIUS [1905] citado em KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. Tese (Doutorado em História) – PUC. Rio de Janeiro, 2005, p.142, trabalho publicado com o título de *Os índios do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Sobre a necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas do Brasil, *Revista do IHGB*, tomo III, 1841, p.55. Ver também: ABREU, Carta a João Lúcio de Azevedo, 19 dez. 1917, in 1977, v.2, p.78. E ainda, CEZAR, 2006. Para este último, as pesquisas sobre as línguas indígenas realizadas no século XIX, para além de fornecer elementos para o ideário romântico, também possuíam aspecto epistemológico relevante para o trabalho do historiador, pois permitiam criar provas históricas, importantes para o debate acerca da origem dos “invasores” que ocuparam o território americano.

<sup>25</sup> ABREU, Cartas a Paulo Prado, 6 fev. 1924, e a João Lúcio de Azevedo, oitava da Constituição [1924], in 1977, v.2, p.452 e 290, respectivamente.

<sup>26</sup> Ver OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999, p.11-36.

<sup>27</sup> ADET e SOUSA E SILVA [1844], citados em SÜSSEKIND, 1990, p.479 e p.479-480, e VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Ethnographia indígena: linguas, emigrações e archeologia*. *Revista do IHGB*, tomo 21, 1858, p.390.

<sup>28</sup> ABREU, Livros e Letras, in 1976, 4ª série, p.171-172 e p.271-273, originalmente publicados na *Gazeta de Notícias*, 6 nov. 1890 e 17 jul. 1881, respectivamente. Uma referência de Capistrano nesse sentido é a obra de A. Thimme, estudioso do folclore alemão, autor de *Das Märchen* (1901), que caracteriza as “tradições populares” como marcadamente anacrônicas, pois, embora tenham um “fundo antiquíssimo”, incorporam sempre os “acessórios mais modernos”, de modo que seu anacronismo é congênito. Ver ABREU, Os caxinauás, in 1976, p.223; e Os baciaeris, 1976, p.172.

<sup>29</sup> ABREU, carta a Mário de Alencar, 18 jan. 1911, in 1977, v.1, p.226; Pernambuco e seu desenvolvimento histórico, in 1976, 4ª série, p.177-184; ver OLIVEIRA, 2006, p.46. Cabe lembrar que, em meados do século XIX, Karl F. P. Von Martius afirmou que “o documento mais geral e mais significativo” para o historiador que se dispuser a escrever a história do Brasil é a língua dos índios. Ver: MARTIUS, K. F. P. Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. In: \_\_\_\_\_. *Estado de Direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p.92.

<sup>30</sup> VAINFAS, Ronaldo. Capistrano de Abreu – Capítulos de história colonial. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. 2.ed. São Paulo: Senac, 1999, p.187. Ver, também, ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988, p.256.

<sup>31</sup> Para Capistrano, “só por meio linguístico poderá ser resolvida a questão para mim capital de apurar a clivagem entre os povoadores de origem baiana e os de origem pernambucana no S. Francisco, na Borborema, nos Cariris e no Parnaíba”. ABREU, cartas a João Lúcio de Azevedo, 26 jan. 1917, 14 set. 1916, in 1977, v.2, p.30, 16; Pernambuco e seu desenvolvimento histórico, in 1976, 4ª série, p.179, originalmente publicado em *A Notícia*, 22 dez. 1894. Trata-se de uma resenha do livro de Oliveira Lima de igual título, publicado no mesmo ano.

<sup>32</sup> ABREU, cartas a Paulo Prado, 23 dez. 1922 e 7 set. 1925, in 1977, v.2, p.432 e 472; carta a João Pandiá Calógeras, 15 nov. 1901, 1977, v.1, p.357. Ver também ABREU, 1989, p.24-28. Sobre a querela tapuia *versus* tupi, ver MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre docência em Antropologia) – IFCH, Unicamp. Campinas (SP), 2001. Sobre a geração de 1870, ver ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 e a crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Participando da Comissão Científica Exploradora das Províncias do

Rebeca Gontijo

Norte (1859) – também conhecida como Comissão das Borboletas e Comissão Defloradora – Gonçalves Dias achava que no Ceará não era mais possível achar “índios puros”, a não ser uns poucos chocós. Seria preciso ir mais para o norte, para a Amazônia, para encontrar tribos com pouco contato com os brancos. O Ceará seria a terra de uma gente “misturada”. Diante da pergunta de um habitante local, que queria saber se o Império vinha para o Brasil, respondeu com uma charada dizendo “O Brasil já se vê que é o Ceará...”. DIAS, citado em KODAMA, 2005, p.267.

Artigo recebido em maio de 2010. Aprovado em julho de 2010.